

SUJEITOS  
PRONOMINAIS  
GENÉRICOS  
E PRONOMES  
INDEFINIDOS EM  
INTERAÇÕES ORAIS:  
CASOS DE REFERÊNCIA  
GENÉRICA OU  
INDETERMINADA

SUJETOS PRONOMINALES GENÉRICOS Y PRONOMBRES INDEFINIDOS EN  
INTERACCIONES ORALES: CASOS DE REFERENCIA GENÉRICA O INDETERMINADA

GENERIC SUBJECT PRONOUNS AND INDEFINITE PRONOUNS IN ORAL INTERACTIONS:  
CASES OF GENERIC OR INDETERMINATE REFERENCE

**Eviliane Bernardi\***

Instituto Federal do Paraná | *Campus Paranavaí*

**Aparecida Feola Sella\*\***

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar como os pronomes indefinidos e as formas pronominais **nós, você e a gente**, quando utilizados com referência genérica ou indeterminada, podem se configurar como recursos para a preservação da face em interações orais. O *corpus* de análise é constituído por uma parcela de dados dos inquéritos gerados pelo Projeto *Crenças e atitudes linguísticas*:

---

\* Doutoranda do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí (IFPR/Paranavaí). E-mail: [eviliane@hotmail.com](mailto:eviliane@hotmail.com).

\*\* Doutora em Letras. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado em Letras, do Proletras e da Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: [afsella1@yahoo.com.br](mailto:afsella1@yahoo.com.br).

*um estudo da relação do português com línguas de contato* (AGUILERA, 2009), em Capanema, Paraná. A base teórica é composta por pesquisas sobre sujeitos pronominais genéricos e indeterminação do sujeito (BORGES, 2004; OROZCO, 2019), pronomes indefinidos (CASTILHO, 2010; NEVES, 2018), além de estudos sobre a preservação da face (BROWN; LEVINSON, 1987; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006; GOFFMAN, 2011). Os resultados demonstraram que a indeterminação resultante do uso de pronomes indefinidos e de sujeitos pronominais genéricos ou indeterminados pode ser uma estratégia eficiente para garantir a preservação da face positiva, atenuar conteúdos negativos, evitar a responsabilidade pelo que é dito e evitar críticas.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito pronominal genérico. Pronomes indefinidos. Preservação da face.

RESUMEN: El propósito de este artículo es investigar cómo los pronombres indefinidos y las formas del pronombre **nós, você** y **a gente**, cuando se usan con referencia genérica o indeterminada, pueden configurarse como recursos para la actividad de imagen en interacciones orales. El *corpus* de análisis consta de una parte de los datos de la encuesta generada por el Proyecto *Creencias y actitudes lingüísticas: un estudio de la relación del portugués con lenguas de contacto* (AGUILERA, 2009), en Capanema, Paraná. La base teórica está compuesta por investigaciones sobre sujetos pronominales genéricos e indeterminación del sujeto (BORGES, 2004; OROZCO, 2019), pronombres indefinidos (CASTILHO, 2010; NEVES, 2018), además de estudios sobre la actividad de imagen (BROWN; LEVINSON, 1987; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006; GOFFMAN, 2011). Los resultados mostraron que la indeterminación resultante del uso de pronombres indefinidos y sujetos pronominales genéricos o indeterminados puede ser una estrategia eficaz para garantizar la actividad de imagen, mitigar los contenidos negativos, evitar la responsabilidad por lo dicho y evitar las críticas.

PALABRAS CLAVE: Sujeto pronominal genérico. Pronombres indefinidos. Actividades de imagen.

ABSTRACT: This research aims to investigate how the indefinite pronouns and the pronouns **nós, você** and **a gente**, when used with generic or indeterminate reference, can be configured as resources for face-work in oral interactions. The *corpus* of analysis consists of a portion of data from the surveys generated by the Project Language beliefs and attitudes: a study on the relationship between Portuguese and contact languages (AGUILERA, 2009), in Capanema, Paraná. The theoretical basis is composed of research on generic subject pronouns and subject indeterminacy (BORGES, 2004; OROZCO, 2019), indefinite pronouns (CASTILHO, 2010; NEVES, 2018) and studies on face-work (BROWN; LEVINSON, 1987; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006; GOFFMAN, 2011). The results showed that the indeterminacy resulting from the use of indefinite pronouns and generic or indeterminate subject pronouns can be an efficient strategy to guarantee the positive face-work, mitigate negative content, avoid responsibility for what is said and avoid criticism.

KEYWORDS: Generic subject pronoun. Indefinite pronouns. Face-work.

## 1 INTRODUÇÃO

Em interações orais, os interlocutores, de modo geral, recorrem a recursos linguísticos que permitem a atenuação das asserções em situações negativas, com a finalidade de preservar a face positiva ou a autoimagem. Este artigo apresenta reflexões a respeito do emprego de sujeitos pronominais genéricos e de pronomes indefinidos como forma de indeterminação do sujeito. O termo **sujeito pronominal genérico** será, aqui, empregado com referência às formas pronominais **nós, você** e **a gente**, quando utilizadas com referência genérica.

De forma geral, diversos estudos têm se ocupado em identificar e analisar a indeterminação do sujeito no português brasileiro, realizada por meio de outras estratégias além daquelas previstas pela Gramática Tradicional: verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência anterior a substantivo no plural, ou ao pronome **eles** (ou **elas**), e verbo intransitivo ou transitivo indireto na 3ª pessoa do singular, com o pronome **se**. Entre os trabalhos que analisam possibilidades de indeterminação do sujeito em dados da língua em uso, tanto escrita quanto falada, em situações reais de interlocução, destacam-se Milanez (1982), Lopes (1998), Borges (2004), Orozco (2019), Castilho (2010), Neves (2018), entre outros.

O *corpus* de análise deste trabalho é constituído por uma parcela de dados dos inquéritos gerados no Projeto *Crencas e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato* (doravante CAL) (AGUILERA, 2009). Para essa investigação,

selecionaram-se recortes de inquéritos gerados em Capanema, cidade localizada no Sudoeste do Paraná, na fronteira com a Argentina. Com apoio em Sella (2019), assume-se que pesquisas decorrentes do Projeto CAL podem resultar em análises que auxiliam na explicação dos fenômenos linguísticos acionados de forma espontânea por falantes em um contexto de entrevista.

Para o desenvolvimento desse percurso, na segunda seção deste artigo, apresentam-se algumas considerações sobre os pronomes indefinidos e os sujeitos pronominais genéricos, isto é, as formas pronominais **nós**, **você** e **a gente**, quando utilizadas com referência genérica ou indeterminada, segundo gramáticas tradicionais e estudos que analisam a língua em uso. Na terceira seção, visando à correlação entre as formas de indeterminação e a preservação da face, destaca-se a possibilidade de interface entre as teorias. Na quarta seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos, o processo de seleção do *corpus* e as análises empreendidas, com base no referencial teórico-metodológico que fundamenta este artigo. A última parte apresenta as considerações finais, com algumas reflexões sobre os resultados.

## 2 SUJEITOS PRONOMINAIS COM REFERÊNCIA GENÉRICA E PRONOMES INDEFINIDOS: POSSIBILIDADES DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

As Gramáticas Tradicionais, de forma geral, em relação à abordagem da função sintática “sujeito”, estabelecem como possibilidades de indeterminação do sujeito os seguintes casos: a) verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência anterior a substantivo no plural, ou ao pronome **eles** (ou **elas**) (como em **Quebraram o vaso**); b) verbo intransitivo ou transitivo indireto na 3ª pessoa do singular, com o pronome **se** (como em **Precisa-se de vendedores com experiência**). Nesses casos, conforme Cunha e Cintra (2017, p. 142), “[...] o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento”.

Nessa perspectiva, Rocha Lima (2011) conceitua como determinado o sujeito identificável na oração, explícita ou implicitamente, e como sujeito indeterminado aquele que não se pode ou não se quer especificar. O autor ressalta que, para indeterminar o sujeito, vale-se a língua de um dos dois expedientes já mencionados: a) verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência anterior a substantivo no plural, ou ao pronome **eles** (ou **elas**); e b) verbo intransitivo ou transitivo indireto na 3ª pessoa do singular, com o pronome **se**.

Percebe-se, portanto, que, em geral, as Gramáticas Tradicionais desconsideram outras possibilidades em que se desconhece quem executa a ação ou em que não há referência a uma pessoa determinada, como é o caso dos pronomes indefinidos e das formas pronominais **nós**, **você** e **a gente** com referência genérica ou indeterminada.

Com relação aos pronomes pessoais, segundo a definição de Cunha e Cintra (2017) e Rocha Lima (2011), caracterizam-se por denotarem as três pessoas gramaticais: a) quem fala = 1ª pessoa: eu (singular), nós (plural); b) com quem se fala = 2ª pessoa: tu (singular), vós (plural); c) de quem se fala = 3ª pessoa: ele, ela (singular), eles, elas (plural). Cunha e Cintra (2017) observam que a pessoa com quem se fala pode, também, ser expressa pelos pronomes de tratamento, que se constroem com o verbo na 3ª pessoa, como é o caso de **você**. Essa definição evidencia que os autores limitam-se a descrever os pronomes com foco em seu valor dêitico restrito e não levam em conta as diversas possibilidades de referência dos pronomes pessoais, como é o caso do pronome **nós**, que, mais do que simples plural de **eu**, pode se referir a diferentes pessoas (eu + tu, eu + ele, eu + tu + ele etc.) ou ter referência genérica.

Em relação à forma **a gente**, Cunha e Cintra (2017), na seção dos pronomes de tratamento, em que abordam as fórmulas de representação da 1ª pessoa, consideram que, na linguagem informal, emprega-se **a gente** por **nós** e, também, por **eu**, isto é, segundo os autores, **a gente** faz referência não só à 1ª pessoa do plural, mas também à 1ª pessoa do singular, porém não concebem as múltiplas possibilidades de referência da locução pronominal em contextos diversos.

A definição de pronomes pessoais de Bechara (2009) leva em conta outros usos. Segundo o autor, os pronomes pessoais designam as duas pessoas do discurso e a não pessoa (não eu, não tu), considerada, pela tradição, a 3ª pessoa. Quanto ao pronome **nós**, especificamente, Bechara (2009) afirma que o plural **nós** indica **eu** mais outra ou outras pessoas, e não eu + eu.

Os pronomes indefinidos, segundo a abordagem da Gramática Tradicional, quando na função sintática de sujeito, são descritos como núcleo do sujeito simples, isto é, de um sujeito determinado, como no seguinte exemplo: **Alguém quebrou o vaso**. Trata-se de uma análise unicamente sintática, que não considera o papel semântico do pronome indefinido no enunciado, pois, como é possível observar no exemplo, o pronome indefinido **alguém** não possibilita a identificação do sujeito, ou seja, trata-se de um caso de referência indeterminada. Observe-se que a opção por utilizar como sujeito um pronome indefinido, com referência indeterminada, não é aleatória, o que se propõe demonstrar na Seção 4 deste artigo.

A questão das múltiplas possibilidades de referência das formas pronominais **nós**, **você** e **a gente** e do uso de pronomes indefinidos como possibilidade de indeterminação do sujeito, especialmente no discurso oral, tem sido objeto de estudo da Sociolinguística, da Pragmática, da Análise da Conversação e da Linguística Textual. Os estudos, nesse viés, criticam a abordagem tradicional do sujeito indeterminado, pautada em uma perspectiva puramente sintática, a qual desconsidera o viés semântico.

É nessa perspectiva que, em relação à questão da indeterminação, Milanez (1982) defende:

Estamos, portanto, diante de um processo da língua que permite ao falante passar do universo das três pessoas especificadas e identificáveis (que consideraremos como o nível da determinação) a um nível de generalização, que transcende o anterior por implicar numa referência de tal forma abrangente que pode envolver qualquer pessoa. É o fenômeno da indeterminação. (MILANEZ, 1982, p. 26, grifos da autora)

A fim de elucidar essa questão, Milanez (1982) cita possibilidades de indeterminação a partir de recursos não previstos pela Gramática Tradicional, entre eles o pronome **você**. Observe-se o exemplo:

(1) Não sei, a única época marcada pra mim seria a... fim de ano mesmo, né? que **você** tem que parar um pouco, pensar nas coisas que **você** tem que fazer... (MILANEZ, 1982, p. 27, grifos da autora)

Nesse caso, segundo a autora, o pronome **você** permite ser interpretado como referente a qualquer das três pessoas do discurso e ilustra uma situação hipotética, em que qualquer pessoa poderia se encontrar.

Pesquisadores como Castilho (2010) e Neves (2018), que partem de dados da língua em uso, tanto escrita quanto falada, em situações reais, defendem que nenhuma classe que pode funcionar como sujeito é intrinsecamente determinada ou indeterminada, pois o traço de definitude é estabelecido no texto.

Nesse sentido, Neves (2018) demonstra que as formas plurais de pronome pessoal nem sempre fazem referência a indivíduos da mesma pessoa do discurso. O pronome **nós** (ou **a gente**), por exemplo, segundo a autora, nunca abriga apenas a primeira pessoa, isto é, sempre envolve uma 2ª ou 3ª pessoa, ou ambas. Assim, **nós** (ou **a gente**) pode representar, segundo a descrição de Neves (2018), primeira pessoa + segunda(s) pessoa(s); primeira pessoa + terceira(s) pessoa(s); primeira pessoa + segunda pessoa + terceira pessoa. É o que se verifica, por exemplo, no seguinte enunciado citado por Neves (2018, p. 490, grifos da autora):

(2) Mas os índios têm como **nós** uma alma imortal.  
[**nós** = **eu** + **vocês** + os outros homens brancos (**eles**)]

Neves (2018) assume que os pronomes pessoais são palavras tipicamente referenciais e são, portanto, específicos ao fazerem referência a algo ou a alguém no discurso. No entanto, a autora considera que algumas formas de pronomes pessoais podem fazer referenciação genérica: a) terceira pessoa do plural masculino, com expressão do pronome **eles**; b) terceira pessoa do plural sem o pronome sujeito; c) terceira pessoa do singular sem sujeito expresso; d) terceira pessoa do singular com o pronome **se** junto de verbos que não se constroem como transitivos diretos; e) primeira e segunda pessoas do singular (quando os pronomes **eu** e **você** equivalem a **qualquer pessoa**); f) primeira pessoa do plural (caso em que, para a autora, a indeterminação não é total, já que em **nós/a gente** está sempre incluído o **eu**, que é determinado).

Entre as formas de pronomes pessoais que podem fazer referência genérica descritas por Neves (2018), apenas as duas últimas (**e** e **f**) serão foco de análise neste artigo. A esse respeito, Neves (2018, p. 499, grifos da autora) apresenta os seguintes exemplos (dos casos **e** e **f**, respectivamente):

(3) Antigamente **você** ia ao Cine Ipiranga eram umas poltronas ótimas tinha lá em cima você ficava bem acomodado.

(4) Então, quando **nós** fazemos, por exemplo, uma pesquisa, quando **nós** fazemos uma consulta bibliográfica, a rigor, eu tenho que dizer que é a rigor, porque normalmente **a gente** tira exatamente o pedaço do livro que [...] **a gente** tira retalhos.

Na mesma direção, Lopes (1998) discute a incoerência da Gramática Tradicional quanto à classificação e à inserção da forma **a gente** no sistema de pronomes pessoais e quanto à definição do pronome **nós** como mero plural de **eu**, “[...] sem discutir o seu uso mais abrangente e genérico de um ‘eu-ampliado [...]’” (LOPES, 1998, p. 405). Além disso, a autora demonstra que a forma **a gente** é utilizada para referências discursivas mais vagas, indefinidas e amplas, e que, ao optar por essa forma, o falante se descompromete com o seu discurso, comentando assuntos gerais e não particulares.

Orozco (2019), a partir de um enfoque pragmático, analisou a preservação da face realizada pelos falantes de espanhol da Cidade do México quando empregam o *tú genérico* (você genérico) como sujeito pronominal tácito ou explícito. A autora explica que utiliza o termo *tú genérico* para se referir aos casos em que o pronome *tú* (você) não é correferencial com o interlocutor. Para explicar como ocorre o emprego do *tú* (você) como sujeito pronominal genérico, não correferencial, Orozco (2019) apresenta diversos exemplos. Observe-se um deles:

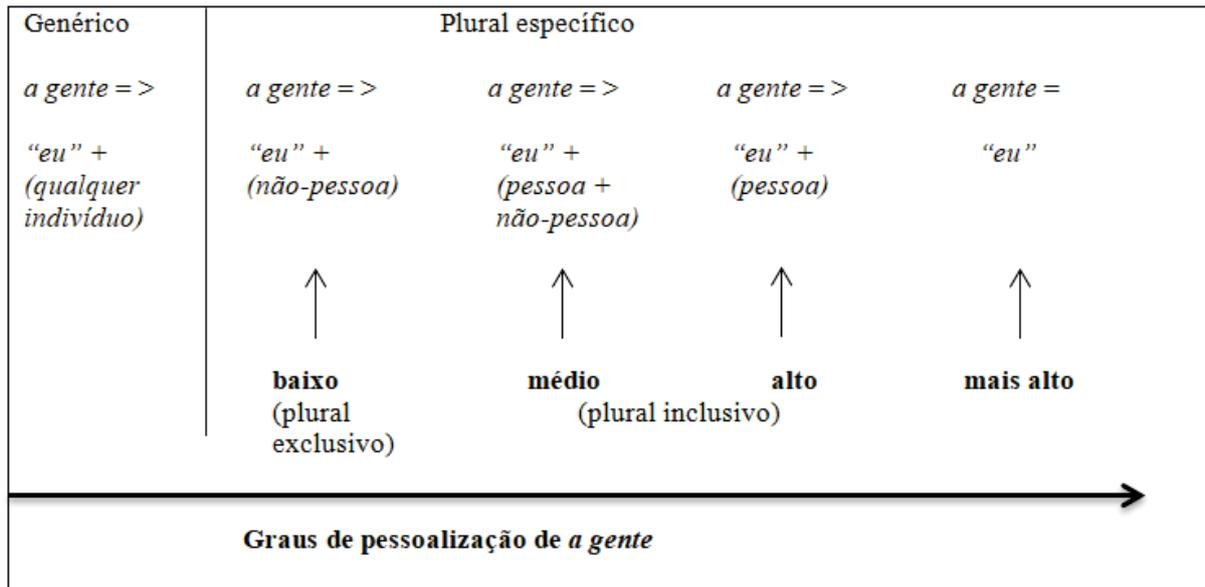
(5) [...] eu gostava muito do que era o teatro // [...] mas / em Nezahualcóyotl / não havia nenhum lugar onde **você pudesse estudar** / ou teatro ou dança // depois / surgiu a Casa da cultura / mas também não chamou minha atenção. (OROZCO, 2019, p. 20, grifos da autora, tradução nossa)<sup>1</sup>

Orozco (2019) observa que, nesse exemplo, o falante passa da primeira para a segunda pessoa do singular para generalizar suas experiências como compartilhadas por um grupo mais amplo de pessoas. A autora assevera que, em alguns contextos, ao apresentar suas experiências próprias como algo que se pode generalizar, o falante evita as críticas e protege sua face positiva.

A questão da noção de **pessoa** já foi definida por Benveniste (1991), o qual estabeleceu que são considerados pessoa apenas o **eu** e o **tu**. Para o autor, a terceira pessoa não é uma **pessoa**, é a forma não pessoal da flexão verbal, isto é, a **não pessoa**. Quanto ao pronome **nós**, Benveniste (1991) destaca que não se pode conceber a passagem do singular para o plural como uma simples pluralização, uma vez que **nós** não é um **eu** multiplicado, é um **eu** dilatado, é a junção entre o **eu** e o **não eu**, seja qual for o conteúdo desse **não eu**. Assim, “de maneira geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O ‘nós’ anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas. [...] Tanto no verbo como no pronome pessoal, o plural é fator de ilimitação, não de multiplicação[...].” (BENVENISTE, 1991, p. 258).

A respeito dos possíveis graus de pessoalização da forma **a gente**, Borges (2004) considera que **a gente** é um plural que deve ser interpretado como **eu** somado a uma ou mais pessoas, no qual o ouvinte pode ou não estar incluído. Nesse sentido, “[...] o pronome **a gente**, portanto, não é uma soma de **eu + eu** (+ **eu**...), e sim de **eu + tu** (+ **tu**...) ou de **eu + ele(s)** (+ **ele(s)**...) ou **eu + tu + ele(s)** (+ **ele(s)**) [...]”. (BORGES, 2004, p. 167, grifos do autor). A partir dessas considerações, o autor caracterizou os graus possíveis para a pessoalização de **a gente** no Quadro 1, aqui reproduzido:

<sup>1</sup> Cf. o trecho original: “[...] a mí me gustaba mucho lo que era el teatro // [...] pero / en Nezahualcóyotl / no había ningún lugar donde **tú pudieras estudiar** / o teatro o danza // después / surgió la Casa de la cultura // pero tampoco me llamó la atención” (OROZCO, 2019, p. 20, grifos da autora).



Quadro 1: Pessoalização de *a gente* conforme categoria de pessoa.

Fonte: Borges (2004, p. 171)

Borges (2004), a partir do Quadro 1, explica o processo de pessoalização em torno do uso da forma pronominal **a gente** no português brasileiro, demonstrando os possíveis graus de pessoalização de **a gente**, que vai desde um **a gente** associado a uma afirmação vaga, de um **eu** generalizante (eu + toda e qualquer pessoa), até um **a gente** que faz referência unicamente a **eu**. A partir do levantamento dos possíveis graus de pessoalização de **a gente**, Borges (2004) afirma que não se pode pensar, como já estabelecera Benveniste (1991), que **nós** ou **a gente** se refere a uma simples pluralização.

Quanto aos pronomes indefinidos, Neves (2018) os define como formas pronominais cuja função é não deixar identificados os seus referentes. Ser indefinido, segundo a autora, significa ser não particularizado, não restrito. A autora sustenta que “[...] a indefinição ou não particularização operada pelos PRONOMES INDEFINIDOS pode referir-se não apenas a uma falta de identificação, propriamente, mas ainda a uma vaguidade na quantificação. De qualquer modo, há sempre uma indefinição semântica [...]”. (NEVES, 2018, p. 558). No que diz respeito aos casos em que a indefinição dos pronomes indefinidos se refere a uma falta de identificação, isto é, casos em que a referência não pode ser identificada, Neves (2018, p. 558, grifo da autora) cita o seguinte exemplo:

(6) Jamais **alguém** viu Beatrice comer, ou fazer omeletes.

Castilho (2010) demonstra que os pronomes indefinidos concorrem para que o texto tenha um caráter de indefinidade, imprecisão. Ao abordar especificamente as situações de oralidade, o autor afirma que os falantes movimentam diferentes setores da língua ao imprimir o tom de indefinidade ao seu discurso, entre eles os pronomes indefinidos. O autor cita um exemplo a fim de ilustrar o discurso genérico, em que se veiculam conhecimentos compartilhados, sem o interesse de focalizar e explorar com precisão os tópicos conversacionais:

(7) L1 – sempre isso, **ninguém** vai na casa de **alguém** faze(r) uma reunião e de repente se não é comer **alguma coisa** ah bebe(r) um drinquezinho mas é normal... não é ... [...] (CASTILHO, 2010, p. 509, grifos do autor).

A observação da língua em uso efetivo, especialmente da língua falada, como será explicitado na Seção 4 deste trabalho, revela que não só há diversos recursos que garantem a indeterminação do sujeito, mas também que os falantes lançam mão desses recursos conforme o interlocutor e a situação de interação, com vistas à preservação da face positiva.

### 3 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A PRESERVAÇÃO DA FACE

Nesta investigação, para analisar as interações verbais face a face que constituem o *corpus*, parte-se do conceito de “face” (*face*) e de “preservação da face” (*face-work*) de Goffman (2011)<sup>2</sup>, para quem “face” diz respeito ao valor social positivo que uma pessoa reivindica para si mesma por meio da linha que os outros assumem que ela tomou durante um contato específico<sup>3</sup>. No campo de estudos da linguagem, segundo Villaça e Bentes (2008), a polidez tem sido associada intrinsecamente à noção de face, pois, de acordo com a situação de interação, os interlocutores se representam uns diante dos outros de determinadas maneiras, agindo de formas diferentes, inclusive em termos de linguagem. Nas interações orais, os interactantes procuram proteger a sua face e a do interlocutor, e isso ocorre em grande parte, de acordo com as autoras, pelo uso de meios linguísticos. Assim, normalmente, a preservação da face é, nos termos de Goffman (2011), uma condição da interação, não seu objetivo.

Para definir o conceito de face, Brown e Levinson (1987) tomaram como base a noção desenvolvida por Goffman. Dessa forma, os autores definiram face como a autoimagem pública que cada pessoa deseja reivindicar para si mesma, que consiste em dois aspectos relacionados, parafraseados por Villaça e Bentes (2008): a) face negativa, ou interna, que diz respeito ao território íntimo que os interactantes não gostariam de ver invadido; e b) face positiva, que se refere ao desejo de que a autoimagem seja apreciada e aprovada, isto é, ao modo como os interactantes pretendem ser vistos pelos outros.

Considerando os quadros teóricos da pragmática linguística e da sociolinguística, Villaça e Bentes (2008) delinearão as diferenças entre os conceitos de polidez e de cortesia, os quais estão intrinsecamente associados à noção de preservação da face em interações orais. Villaça e Bentes (2008) defendem a posição de que a polidez é uma prática regida por convenções sociais de natureza mais geral, impostas ao contrato conversacional, como os princípios de tomada de turnos na conversação, as formas de tratamento, as estratégias de preservação da face etc., de modo que se relaciona às regras gerais da interação social. Já a cortesia, para as autoras, pode manifestar-se por meio de marcas linguísticas, entre elas marcas de atenuação, além de outras formas de manifestação de obséquio: formas verbais, verbos modais, enunciados justificativos ou explicativos, certos marcadores discursivos, perguntas indiretas etc. Villaça e Bentes (2008) consideram que ambos os fenômenos, polidez e cortesia, em contexto de interação face a face, devem ser analisados considerando-se vários fatores de ordem sociopragmática, pois o que pode ser considerado um comportamento polido, em determinada situação, pode não o ser em outra.

A questão da diversidade terminológica não será aprofundada neste artigo, por não fazer parte dos objetivos da abordagem. O que, de modo geral, faz-se relevante para as análises aqui empreendidas é o fato de que, conforme explicam Villaça e Bentes (2008), as normas de polidez seriam aquelas reguladoras da preservação da face.

Orozco (2019) enfatiza igualmente a questão da preservação da face em interações orais. Segundo a autora, os efeitos da preservação da face estão vinculados aos papéis que os falantes desempenham em interações concretas. Além disso, a pesquisadora observa que as estratégias empregadas pelos interlocutores podem ter efeitos positivos ou negativos em relação a eles mesmos e a seu interlocutor. Com apoio em Hernández Flores (2013), Orozco (2019) estabelece que são três as estratégias de preservação da face: 1) as estratégias de cortesia (em que se atenua, repara ou realça a imagem), que têm efeito positivo no falante e no destinatário; 2) as estratégias de autoimagem (em que se atenua, repara ou realça a própria imagem), com efeito positivo no falante, mas neutro no destinatário; e 3) as estratégias descorteses, as quais podem ter efeito negativo em ambos os participantes da interação.

Em qualquer interação face a face, há atos (verbais ou não verbais) que se constituem como ameaça às faces, os *Face Threatening Acts* (FTA), isto é, atos que ameaçam as faces, termo estabelecido por Brown e Levinson (1987). Segundo a descrição de Kerbrat-Orecchioni (2006), os FTA se dividem em quatro categorias:

<sup>2</sup> Trata-se da versão traduzida da obra *Interaction Ritual: essays in face-to-face behavior* (1967).

<sup>3</sup> O conceito de face (do inglês, *face*) foi introduzido no discurso acadêmico pela primeira vez Goffman (1955). O autor assume que esse conceito se originou na China e, com base nas teorias chinesas e na obra *As formas elementares da vida religiosa* (1912), de Émile Durkheim, desenvolveu sua pesquisa. Entretanto, foi com a pesquisa de Brown e Levinson (1987) que a noção de face se tornou o foco principal de atenção dos pesquisadores que investigam a comunicação e a interação social.

**1º Atos que ameaçam a face negativa do emissor:** é, por exemplo, o caso da oferta ou da promessa, pelas quais se propõe ou se compromete a efetuar um ato suscetível de lesar seu próprio território, num futuro próximo ou distante.

**2º Atos que ameaçam a face positiva do emissor:** a confissão, a desculpa, a autocrítica e outros comportamentos “autodegradantes”.

**3º Atos que ameaçam a face negativa do receptor:** as violações territoriais de natureza não-verbal são numerosas (ofensas proxêmicas, contatos corporais inadequados, agressões visuais, sonoras ou olfativas, infiltração por invasão nas “reservas” do outro etc.). Mas as ameaças territoriais também podem ser de natureza verbal: é isso que ocorre nas chamadas perguntas “indiscretas”; e no conjunto dos atos que são, em alguma medida, inoportunos ou “diretivos”, como a ordem, a interpelação, a proibição ou o conselho.

**4º Atos que ameaçam a face positiva do receptor:** são todos aqueles que colocam em risco o narcisismo do outro, como a crítica, a refutação, a reprovação, o insulto e a injúria, a chacota e o sarcasmo... (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 79, grifos da autora)

As duas primeiras categorias propostas por Kerbrat-Orecchioni (2006) dizem respeito aos atos autoameaçadores. Este artigo tem como foco a segunda categoria, os atos que ameaçam a face positiva do emissor. Pretende-se demonstrar que a referência genérica na interação face a face pode ser um recurso a que os falantes recorrem com vistas à preservação da face positiva.

Kerbrat-Orecchioni (2006) demonstra que é possível suavizar um FTA recorrendo a diversos recursos, entre eles os desatualizadores pessoais, os quais têm a função de distanciar a realização do ato problemático. Entre os casos de desatualizadores pessoais, a autora cita o apagamento da referência direta aos interlocutores por meio do emprego da voz passiva, do impessoal ou do indefinido, conforme é possível verificar nos seguintes exemplos: “O problema não foi resolvido corretamente”, “Não se fuma aqui” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 86).

Além disso, no que se refere aos pronomes pessoais, Kerbrat-Orecchioni (2006) assinala alguns usos polidos de **nós** e de sua variante oral **a gente**, que consistem em formas coletivas com valor de solidariedade, seja substituindo um **você**, se o enunciado tem um conteúdo negativo, como em “‘Você perdeu’ por ‘A gente perdeu’” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 87), seja substituindo um **eu**, se o enunciado tem um conteúdo positivo, como em “‘Eu ganhei’ por ‘A gente ganhou’” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 87).

Kerbrat-Orecchioni (2006) considera que no sistema da língua estão inscritos numerosos fatos que só podem ser justificados se concebidos em relação ao sistema de faces. Nas interações face a face, para a autora, o nível da relação é tão importante quanto o nível do conteúdo, pois parte do material com o qual os enunciados são produzidos não tem pertinência a não ser nesse nível.

#### 4 REFERÊNCIA GENÉRICA E PRESERVAÇÃO DA FACE: O USO DE SUJEITOS PRONOMINAIS GENÉRICOS E PRONOMES INDEFINIDOS EM INTERAÇÕES ORAIS

O *corpus* desta pesquisa provém do Projeto *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato* (CAL), desenvolvido com apoio de pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, cuja equipe gerou os dados, em 2009, em oito cidades paranaenses: Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita, Capanema, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Foz do Iguaçu, localizadas na fronteira com a Argentina e/ou Paraguai; e Ponta Grossa e Irati, situadas na região central do Estado, caracterizadas pela existência de colônias de falantes de outras línguas.

Selecionaram-se, para esta investigação, recortes de inquéritos gerados em Capanema, cidade localizada no Sudoeste do Paraná, na fronteira com a Argentina, a qual foi historicamente constituída, principalmente, por imigrantes de origem alemã e italiana. Trata-se de entrevistas com falantes brasileiros monolíngues, residentes na cidade de Capanema, que convivem em um cenário de contato linguístico e cultural entre brasileiros e argentinos, além dos descendentes de imigrantes. Por se tratar de um *corpus* composto por entrevistas orais, foi possível analisar momentos de espontânea manifestação de interlocução.

A análise foi delimitada à exemplificação de casos em que há ocorrência de sujeito pronominal genérico, com as formas pronominais **nós**, **você** e **a gente**, quando utilizadas com referência indeterminada, e de pronomes indefinidos. Para exemplificação desses recursos e seus efeitos na interação face a face, foram selecionados os recortes mais representativos para as análises, em que o inquiridor (o que aplica o questionário) pede comentários ao informante (o entrevistado) sobre a língua do outro, a respeito de quem fala melhor ou pior e se as outras línguas com as quais ele tem contato deveriam ser ensinadas na escola.

Na sequência de exemplos a seguir, constata-se a complexidade do uso dos sujeitos pronominais **você**, **nós**, **a gente**, e a alternância com **eu** em um mesmo contexto, além de pronomes indefinidos, em alguns casos. Não serão aqui considerados outros recursos, como modalização ou substantivos de conteúdo genérico, que também atuam na preservação da face, uma vez que fogem aos objetivos deste artigo.

No exemplo abaixo (1), **você** e **nós** têm valor generalizante e coocorrem com **eu** pessoal, particular, na mesma sequência:

- (1) INQ. – Você acha que a escola deveria ensinar essas línguas que você ouve aqui?  
 INF. – Eu acho.  
 INQ. – Todas elas?  
 INF. – Todas. **Eu** acho que deveria ensinar né.  
 INQ. – Por quê?  
 INF. – Porque quando **você** vai pra Argentina, **você** saberia falar. Hoje se **nós** ir pra Argentina, **eu** entendo alguma coisa, mas nem tudo, né. Se **você**, se ir pra Alemanha, **eu** num entender nada, né, pois se **você** for pra outro país, **você** num entende nada, **você** tem que levar um tradutor, né.  
 INQ. – É verdade.  
 INF. – Por isso que **eu** digo assim, pelo menos o básico né.  
 INQ. – Uhun.  
 INF. – Como tem o inglês né. Assim o básico, pelo menos um pouquinho **você** sabe né.  
 INQ. – É verdade, que daí dava pra interagir melhor com outra pessoa.  
 INF. – É, entendeu, é, porque aí **você** tendo uma noção, **você** tem como se aprofundar um pouquinho mais também né, pelo menos **você** procura, **você** né...  
 INQ. – Ahan. Pequenas viagens, passa lá mais um tempo pra aprender...  
 INF. – Com certeza.  
 INQ. – Uhun. (Inf. 10 – Capanema)

Em (1), verifica-se que **você**, acionado pelo informante, não é dêitico, pois não se refere apenas à segunda pessoa, isto é, ao interlocutor, mas, assim como **nós**, parece ter como referente **qualquer pessoa**. Na sequência, o informante recorre a **eu**, que particulariza, assumindo o que afirma (**eu** entendo alguma coisa; **eu** num entender nada). Há, portanto, uma alternância entre o uso de sujeitos pronominais com referência a **qualquer pessoa**, em que o informante se distancia e não assume a responsabilidade, preservando, assim, sua face positiva, e o uso de **eu** particular, em que o informante assume a responsabilidade pelo que é dito. Assim, observa-se o uso de estratégias generalizadoras, por meio dos pronomes **você** e **nós**, desfocalizando o **eu** que se comprometeria com a resposta.

Observa-se que, de acordo com Orozco (2019), ao empregar estrategicamente a segunda pessoa (nos casos aqui analisados, **você**), o informante insere o inquiridor como participante. Dessa forma, mais do que desfocalizar o **eu**, inclui-se e realça-se o **você**.

Os recortes seguintes apresentam **a gente** com referências diversas. De acordo com Ilari *et al.* (2002, p. 89), “[...] essa multiplicidade de referência não implica, em geral, ambiguidade, e nem mesmo vagueza, já que o contexto costuma fornecer as informações necessárias à recuperação dos referentes”:

- (2) INQ. – E quem a senhora acha que fala pior?  
 INF. – Olha, na verdade, a gente brasileira né que fala muito... (risos).  
 INQ. – (risos).  
 INF. – E acho que nossa língua **a gente** num... fala tudo errado.  
 INQ. – Eu concordo. (Inf. 12 – Capanema)

- (3) INQ. – Comparando essas línguas assim, o argentino, o paraguaio, o italiano, o alemão, quem você acha que fala melhor? Assim, dá pra você perceber que você ouve conversando, qual que você acha que fala melhor?  
 INF. – **Pra gente** é o espanhol, né, porque é mais semelhante a nossa. Isso tudo né.  
 INQ. – Ahan. (Inf. 17 – Capanema)

Nos trechos (2) e (3), verifica-se que os informantes recorrem à expressão **a gente** após se depararem com perguntas comprometedoras (quem fala pior e quem fala melhor), visto que eles estavam cientes da presença do gravador no momento da entrevista. Assim, em (2), **a gente** faz referência a **eu + todos os brasileiros**, isto é, o informante retoma o referente **a gente brasileira** anteriormente ativado e inclui-se. Já em (3), **a gente** tem o grau mais alto de pessoalização, nos termos de Borges (2004), pois sua referência é o próprio **eu**. Dessa forma, em (3), ao optar por utilizar **a gente** em lugar de **eu**, o falante minimiza sua responsabilidade, pois, conforme demonstrou Orozco (2019), ao generalizar suas experiências ou crenças como compartilhadas por um grupo mais amplo de pessoas, o falante evita as críticas e protege sua face positiva.

Na interação face a face, observa-se que a recorrência à locução pronominal **a gente** engloba outras possibilidades, além daquelas já previstas por Kerbrat-Orecchioni (2006), a qual demonstra que **nós** e sua variante oral **a gente** consistem em formas coletivas com valor de solidariedade, seja substituindo um **você**, se o enunciado tem um conteúdo negativo, como em “Você perdeu” por ‘A gente perdeu’ (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 87), seja substituindo um **eu**, se o enunciado tem um conteúdo positivo, como em “Eu ganhei” por ‘A gente ganhou’ (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 87). Percebe-se, em (4) e (5), que os informantes substituem **eu** por **a gente** em enunciados com conteúdo negativo, como forma de preservar sua face e se distanciar:

- (4) INQ. – Você poderia me dar então um exemplo do espanhol?  
 INF. – Nome, essas coisa?  
 INQ. – Assim, uma palavra em espanhol, uma expressão, uma frase...  
 INF. – Se não me engano, *hijo, hijo* é filho né.  
 INQ. – Ahan.  
 INF. – É... mas assim, muito pouco que **a gente** sabe mesmo, que tá lá, né. (Inf. 17 – Capanema)

O exemplo (4) revela a tentativa do informante de justificar seu desempenho em espanhol. Ao tirar de foco a primeira pessoa do singular, inicialmente ativada em **Se não me engano**, o falante procura apresentar seu ponto de vista como corroborado por um grupo mais amplo: há várias pessoas que sabem muito pouco de espanhol. Recorre, para tanto, à forma **a gente**, com vistas à preservação da face.

Observe-se o trecho (5):

- (5) INQ. – Hum. E quem você acha que fala pior?  
 INF. – Pior... sei lá, assim que fala, que fala pior, num posso dizer... até gente que fala português, né, muitos, muitas pessoas até **a gente** às vezes num fala corretamente como, como né, como deve ser mesmo. (Inf. 8 – Capanema)

Nesse caso, verifica-se que a opção por **a gente** em lugar de **eu** permite certo distanciamento do informante em relação ao conteúdo negativo: não falar corretamente. Além disso, o operador argumentativo **até**, que precede a forma **a gente**, evidencia uma escala argumentativa, conforme a proposta de Ducrot (1987). O informante inicia a escala argumentativa em **até gente que fala português**, reformulado duas vezes: **muitas pessoas** e **até a gente às vezes num fala corretamente**. O valor argumentativo

estabelecido no uso do operador **até** indica como mais forte de uma escala o argumento **a gente às vezes num fala corretamente**, o que justificaria a opção de o informante utilizar **a gente** em lugar de **eu**, situação em que a face positiva poderia ser ameaçada.

Em (6), observa-se o uso de pronomes indefinidos como forma de preservar a face positiva e de atingir certa neutralidade em relação ao que é dito:

(6) INQ. – Uhun. Falam melhor os que falam o português ou os que falam essas línguas estrangeiras de que falamos?

INF. – As línguas estrangeiras.

INQ. – Você acha que eles falam melhor?

INF. – Sim.

INQ. – Por quê?

INF. – Porque assim, em português, **ninguém**, é difícil **alguém** que fale o português correto mesmo, porque **qualquer**, que é uma língua cheia de coisa, cheia de, derivados e tal, então acho que eles falam a língua, talvez por ser uma língua menos complexa, eles falem melhor. Já o português é difícil encontrar **quem** fale, tem, tem, por exemplo, popular, que é muito mal falado, acho que eles falam melhor do que o brasileiro. (Inf. 7 – Capanema)

Verifica-se que, no percurso de justificar o motivo pelo qual acredita que os falantes de línguas estrangeiras falam melhor do que os brasileiros e com o intuito de evitar a responsabilidade pela resposta em uma situação de entrevista, o informante recorre aos pronomes indefinidos (**ninguém**, **alguém**, **qualquer**, **quem**), o que constitui um procedimento de impessoalização, com referência indeterminada, já que não se pode precisar qual é seu referente, a fim de minimizar a responsabilidade pelo que foi dito. Assim, ele opta por uma estratégia que não compromete a face positiva.

Em (6), há uma indeterminação da referência dos pronomes indefinidos que provém de seu caráter impessoal. Ao se deparar com uma pergunta comprometedor, o informante justifica sua afirmação de que os que falam línguas estrangeiras falam melhor. Para tanto, inicialmente, generaliza, com o pronome **ninguém**, cuja referência é **nenhuma pessoa**. Logo em seguida, realiza uma correção, **é difícil alguém que fale o português correto mesmo**, garantindo, dessa forma, uma menor probabilidade de ser questionado. Reforça, ainda, a correção na sequência: **é difícil encontrar quem fale**. Por outro lado, quando não indica certeza, como em **então acho que eles falam a língua** e **acho que eles falam melhor do que o brasileiro**, o informante utiliza a primeira pessoa do singular.

Observa-se que são recorrentes os recursos mencionados para atenuar a responsabilidade pelas afirmações nas entrevistas, ou para gerar distanciamento, devido, possivelmente, ao fato de que os informantes não podem recusar o tópico proposto pelo inquiridor. Quando há essa tentativa, o inquiridor insiste na continuação, ou na justificativa para a resposta, como é possível verificar em (6): **Você acha que eles falam melhor?; Por quê?** Assim, os atos de preservação da face ligam-se a casos em que as perguntas do inquiridor exercem pressão sobre os informantes, o qual exige respostas e mantém o tópico. Entende-se que isso ocorra devido à própria natureza da entrevista, cuja finalidade é extrair respostas dos informantes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, buscou-se demonstrar que, na análise de interações face a face, segundo a descrição de Kerbrat-Orecchioni (2006), o nível da relação é tão importante quanto o nível do conteúdo. Nesse sentido, incorporou-se um enfoque pragmático às análises, pois uma análise unicamente gramatical não daria conta de explicar os efeitos dos sujeitos pronominais genéricos e dos pronomes indefinidos acionados pelos interlocutores na língua em uso.

Verificou-se que os informantes empreendem esforços para garantir a preservação da face positiva, principalmente por se tratar de uma situação de interação face a face, em um contexto de entrevista com a presença de um gravador, em que o inquiridor insiste no tópico discursivo e busca a justificativa dos informantes para as respostas.

Nesse sentido, foi possível observar que tanto a utilização de sujeitos pronominais genéricos (**você, nós e a gente**), ou com múltiplas possibilidades de referência, quanto a recorrência a pronomes indefinidos, em interações orais, podem se constituir como recursos a que o falante recorre, conforme o interlocutor e a situação de interação, para atenuar conteúdos negativos, evitar a responsabilidade pelo que é dito, evitar críticas e distanciar-se.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato*. 2009. [Projeto desenvolvido pela autora. Digitado].
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.
- BORGES, P. R. S. A pessoalização do pronome *a gente* sob a perspectiva da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 153-172, dez. 2004.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HERNÁNDEZ FLORES, N. Actividad de imagen: Caracterización y tipología en la interacción comunicativa. *Pragmática Sociocultural*, v. 1, n. 2, p. 175-198, 2013.
- ILARI, R. *et al.* Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (org.). *Gramática do português falado*. Volume IV: Estudos Descritivos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 79-168.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- LOPES, C. R. S. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. *DELTA*, v. 14, n. 2, p. 405-422, 1998.
- MILANEZ, W. *Recursos de indeterminação do sujeito*. 1982. 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.
- NEVES, M. H. M. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.
- OROZCO, L. Expresión de *tú* genérico y actividades de imagen. *De Gruyter (Soprag)*, v. 7, n. 1, p. 19-41, 2019.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SELLA, A. F. Marcas de conexão e indício de atitudes linguísticas. In: SELLA, A. F.; CORBARI, C. C.; AGUILERA, V. A. (org.). *Dez anos do Projeto Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas em contato*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 197-207.

VILLAÇA, I. G.; BENTES, A. C. Aspectos da cortesia na interação face a face. In: PRETTI, D. (org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 19-48.



Recebido em 09/04/2021. Aceito em 26/06/2021.